

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## OS PAPEIS DOS AGENTES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E RELIGIOSOS NA EVOLUÇÃO URBANA DE BENTO GONÇALVES

*Rozalia Brandão Torres, Bernardete Schiavo Caprara*  
*Boletim Gaúcho de Geografia, 37: 85 - 101, maio, 2011.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37362/24121>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 2011.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## OS PAPEIS DOS AGENTES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E RELIGIOSOS NA EVOLUÇÃO URBANA DE BENTO GONÇALVES

Rozalia Brandão Torres<sup>1</sup>  
Bernardete Schiavo Caprara<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo ressalta o papel da administração pública no planejamento urbano, analisado a partir do estudo histórico do município de Bento Gonçalves, desde a remota Colônia Dona Isabel, passando pelo processo migratório, as dificuldades iniciais encontradas pelos imigrantes até a emancipação política municipal. A história municipal é parcialmente contada a partir de fotos antigas contextualizadas com fotos recentes do município. Avalia-se a forte vinculação com a ditadura positivista no período da República Velha, momento da emancipação política do município, o papel desempenhado pela Igreja enquanto elemento de organização urbana, marca da imigração italiana, que mantém os negócios, as vidas política e urbana no entorno da Igreja. A preservação da história arquitetônica conduz a preservação da memória de um povo, sendo o Estado um agente modelador e organizador do crescimento urbano. O incremento populacional impulsionado pela imigração denuncia a ausência do planejamento público, propiciando a ocupação de áreas irregulares e/ou de risco. A riqueza documental que ajuda a contar a história municipal é inversamente proporcional à iconografia regional.

Palavras-chaves: Bento Gonçalves - expansão urbana - memória - planejamento urbano - ocupação irregular

### THE ROLES OF THE ECONOMIC, POLITICAL AND RELIGIOUS AGENTS IN THE URBAN DEVELOPMENT OF BENTO GONÇALVES

### Abstract

The article emphasizes the role of governmental administration in urban planning, considering a historical research on Bento Gonçalves city. It begins with the history of Dona Isabel Colony, extending to the migratory process and the initial difficulties faced by the immigrants until the political emancipation of the city. The history of Bento Gonçalves city is partially narrated comparing some of its old and present photographs. There is a strong connection with the positivist dictatorship during the Old Republic period, marked by the political emancipation of the city. It is also discussed the importance of the church as an element of urban organization among the Italian Immigrants who developed their political and business life around it. The preservation of architectural history leads to the preservation of people's memories, and the state acts as a transformer and organizer of the urban growth. The populational growth originated by the immigration reveals the lack of public planning, favoring the occupation of irregular or risky areas. The great variety of documents which can tell the history of Bento Gonçalves city is conversely proportional to its regional iconography.

Key-words: Bento Gonçalves - urban expansion - memory - urban planning - irregular occupation

Este artigo tem por objetivo primeiro apresentar a evolução urbana do município de Bento Gonçalves, desde quando ainda era Colônia Dona Isabel, até os dias contemporâneos. A seguir, refletir sobre o papel da administração pública no planejamento urbano com vistas ao Plano Diretor, que neste momento encontra-se em discussão, previsto para ser desenvolvido a partir da Lei n. 10.257/01, O Estatuto da Cidade, que por sua vez regulamenta ainda os artigos 182 e 183 da CF/88.

É importante salientar que estas reflexões fazem parte de um estudo maior, que se encontra em desenvolvimento, cujo título é **Bento Gonçalves: história e memória**<sup>3</sup> e que, para fins das

<sup>1</sup> Professora da Universidade de Caxias/CARVI, Coordenadora do Pós-Graduação *Lato Sensu* em Geografia e Educação; doutoranda em Geografia/UFRGS. Contatos: zaiazinn@gmail.com, (54) 8121-9440, (54) 8408-2599.

<sup>2</sup> Professora da Universidade de Caxias/CARVI, Diretora do Centro de Ciências Humanas e da Educação, UCS/CARVI, Mestre em História do Brasil/PUCRS. Contatos: bscaprara@ucs.br, bscaprara@yahoo.com.br, (54) 9931-8848, (54) 3453-1621.

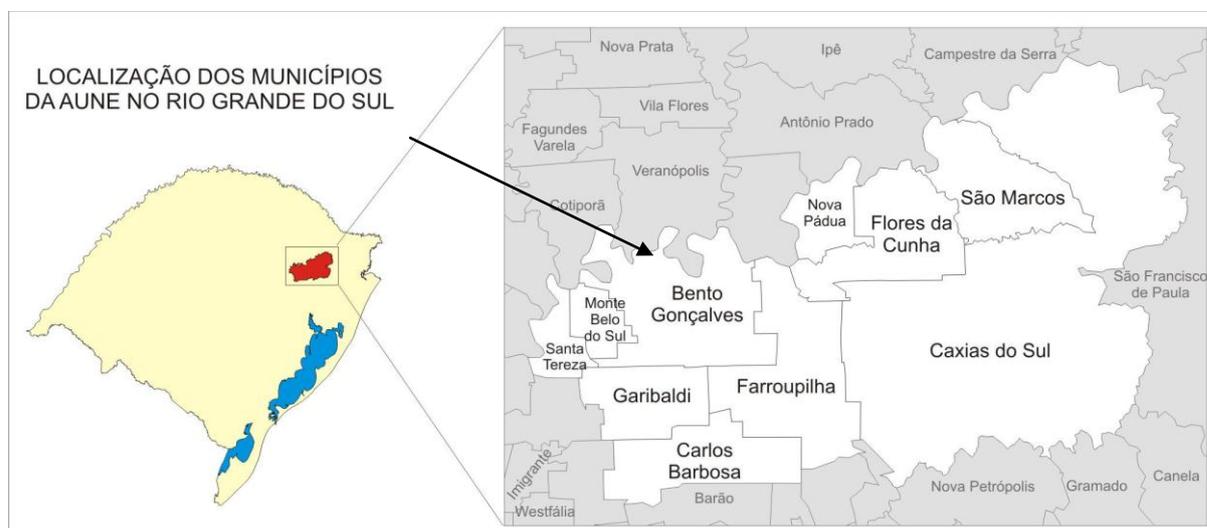
<sup>3</sup> Tal pesquisa representa uma continuidade das pesquisadas desenvolvidas por duas historiadoras da região, Bernardete Schiavo Caprara e Terciane Ângela Luchese que, juntas pesquisam o município há mais de duas décadas. Fruto deste intenso, minucioso e dedicado trabalho, estas pesquisadoras já publicaram entre outros textos, um livro cujo título é *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a*

reflexões aqui apresentadas, temos como recorte a evolução urbana dentre inúmeros elementos que estão sendo estudados nesta pesquisa. Para tanto, selecionamos um conjunto de quatro fotos antigas datadas entre 1883 até fins da década de 1930 para iniciar o processo reflexivo acerca da evolução urbana de Bento Gonçalves, sendo a seguir contextualizadas com fotografias recentes, que foram encomendadas ao fotógrafo Idovino Merlo que buscasse o melhor ângulo para retratar o contemporâneo a partir da perspectiva passada, o que permite melhor observarmos, num primeiro momento, a verticalização da cidade.

A partir desta análise preliminar, aborda-se ainda, de modo sucinto, a ocupação desordenada e, muitas vezes irregular, das encostas que compõem o município, bem como os espaços ociosos, mas devidamente demarcados com cercas, ainda existentes no município, expressão máxima da especulação imobiliária. Quando aqui nos referimos a ocupação desordenada, referimo-nos ao fato de não terem sido planejadas pelos órgãos públicos competentes, mas seguindo a lógica econômica, política e social. A ordem econômica é responsável por “jogar” para as periferias e/ou encostas íngremes aqueles sujeitos desprovidos de recursos para ocupar os espaços já urbanizados; a ordem política responde pelo não planejamento do crescimento urbano, pela inexistência de políticas habitacionais, pelo menos para aquelas voltadas à população carente, pela demora com que suas ações saem do papel para concretizarem-se, etc. e, finalmente, a ordem social que é absolutamente complexa para ser exposta em uma frase, simploriamente pode ser resumida no somatório das anteriores.

### DA COLÔNIA DONA ISABEL AO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

As terras que hoje pertencem ao município de Bento Gonçalves, conforme figura 1, localizada na Encosta Superior do Nordeste, geomorfologicamente pertencente ao Planalto Norte-Riograndense, originalmente terras devolutas do Império, era área de passagem dos tropeiros oriundos dos Campos de Cima da Serra em direção aos centros urbanos, incluindo a capital, onde adquiriam café, arroz, açúcar, etc., e vendiam queijos, erva-mate, couro, charque, entre outros. Ao longo da floresta subtropical havia picadas e clareiras abertas em meio à mata para o descanso dos tropeiros.



**Figura 1:** Localização de Bento Gonçalves junto aos municípios que compõem a AUNE.

Fonte: IBGE, 2001; Hasenack et al., 2007 *apud* BOGO, J; DURANTI, R. R.; AHLERT, S. (2008).

Cruzinha foi o primeiro nome dado ao que veio a ser denominado oficialmente Colônia Dona Isabel, hoje município de Bento Gonçalves. Esta referência, segundo Júlio Lorenzoni (1975) é fruto de uma cruz rústica encravada sobre o túmulo de um tropeiro que ali foi morto. Conforme informações bibliográficas<sup>4</sup>, o local em que a cruz foi encravada, ou seja, o *locus* de origem do atual município compõe hoje o centro urbano, em frente a atual agência do Unibanco no edifício Adelina Ruga.

<sup>4</sup> 1930, publicado pela VISOGRAF e CORAG em 2005. A pesquisa tem continuidade e atualmente compõe o grupo de pesquisa e análise além da já citada historiadora Bernardete Caprara, a geógrafa e socióloga Rozalia Torres e uma bolsista do curso de História, Andressa de Lourdes Andrizzi. Juntas estamos analisando documentos oficiais históricos, desde a emancipação política do município, em 1890 até o período atual.

Na administração municipal do engenheiro João Baptista Pianca a cruz foi transferida para o “Largo da Cruzinha” ao lado direito da Igreja Santo Antônio, cuja inauguração deu-se em 29 de setembro de 1926. A cruz foi novamente transferida para frente da Igreja Santo Antônio na administração municipal de Sadi Fialho Fagundes, no período de 1969 a 1973.

O Ato de 24 de maio de 1870, assinado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul determinou a criação das Colônias Dona Isabel e Conde d’Eu, deslocando-se para a região engenheiros, agrimensores e demais funcionários nomeados pela administração provincial a fim de demarcarem as linhas e lotes. Este foi o local em que grande parte dos imigrantes de origem italiana se estabeleceu pós-1875.

Ao pensarmos no fenômeno emigratório torna-se necessário apontar as razões determinantes para a vinda dos imigrantes italianos que chegaram como imigrantes. Questões de ordem política, econômica e social determinaram tal processo. O Brasil recebe este contingente de imigrantes que vem em busca de uma vida digna, já que na Itália devido à expansão do capitalismo e às questões da Unificação deixou parte desta população em condições de miséria. A vinda para o Brasil e principalmente a ocupação de terras devolutas do Rio Grande do Sul, quiçá fosse uma das poucas alternativas de sobrevivência, cuja ideia de serem proprietários e donos do modo de produção impulsiona o sonho do imigrante italiano vindo para estes pagos.

Da viagem até o lote, muitas foram as dificuldades encontradas, caminhos não demarcados, estradas não carroçáveis, falta de infraestrutura na chegada à vila, mas havia a esperança de plantar e colher, de construir sua moradia e principalmente de condições para manter a família, os deixava mais confiantes na nova terra.

A Colônia Dona Isabel recebe seus primeiros moradores em 24 de dezembro de 1875, que se estabeleceram na Linha Geral e logo foram ocupando outros lotes da Colônia. A prosperidade destes primeiros imigrantes começa a ser percebida poucos anos após a sua chegada, “[...] parecia-me um sonho ter chegado a um lugar de tanta abundância de cereais, vinho, galinhas, porcos, etc.”. (LORENZONI, 1.975, p. 114), uma vez que as dificuldades de outrora vão sendo aos poucos superadas, conforme relato de um imigrante:

Bem tinham razão aqueles pioneiros que, impávidos, haviam afrontado, seis anos antes, a floresta virgem, de estarem contentes com a nova Pátria que os havia hospedado, onde tinham conseguido tornarem-se pequenos proprietários, sem patrões às suas costas, cheios de toda graça de Deus, o que nunca teriam conseguido no Velho Mundo, e gozando, por acréscimo, de liberdade absoluta. (LORENZONI, 1975, p. 115)

Ao chegarem ao seu lote, os imigrantes imediatamente deviam iniciar a construção de um abrigo temporário, haja vista que a maioria dos lotes distribuídas aos imigrantes estava desprovida de residências. Ainda se fazia necessário o desmatamento da área próxima para o cultivo de subsistência, inicialmente.

A organização colonial no tempo do Império, bem como a distribuição, tamanho, pagamento e trabalho no/sobre os lotes e cercanias foi determinado pelo Regulamento Colonial de 1867, que previu ainda que após a escolha do local para o estabelecimento da sede da povoação, os lotes dividir-se-iam em urbanos e rurais. Após mapeamento da área pelos profissionais contratados pelo Estado, estes deveriam determinar as terras para construção dos espaços públicos, como ruas, praças, igreja, escola, cemitério, cadeia, casa da administração, abrigo aos imigrantes, entre outros, bem como a criação de uma junta municipal para definir questões administrativas que deveriam ser compostas por oito membros, sendo o diretor, o que presidiria a junta, o médico e mais seis membros escolhidos entre os colonos, contudo para que estes pudessem compor a junta não poderiam estar em dívida com o Império. Como a maior parte dos colonos saldou suas dívidas entre os anos de 1892 e 1898, as juntas efetivamente nunca existiram.

Compunha a dívida do colono o auxílio de 20\$000 réis (vinte contos de réis) a que cada imigrante entre 10 e 50 anos tinha direito ao tomar posse do lote, além das sementes, ferramentas, alguns alimentos, derrubada da mata, casa provisória e eventuais adiantamentos. Portanto, a propaganda oficial do governo brasileiro nos países europeus, de que estariam distribuindo terras a quem aqui (Brasil) quisessem habitar foi um grande engodo para os imigrantes. Em virtude desta falácia, há registros que anterior aos italianos, foram os franceses quem primeiramente chegaram à Colônia Conde d’Eu, atual município de Garibaldi, mas não permaneceram no local por ocasião das condições precárias a eles ofertadas pelo governo provincial.

No regulamento ainda estava previsto que o acesso dos colonos aos lotes dar-se-ia por livre escolha, tendo preferência aquele que realizasse pagamento à vista pelo lote, que uma vez adquirido recebiam o título provisório assinado pelo diretor da colônia. O título definitivo vinha com a quitação do lote. No que tange ao trabalho do colono, o Regulamento também salientava que o imigrante deveria empenhar-se na construção de estradas e trabalhos na colônia por um período de quinze dias no mês, a ser desenvolvido preferencialmente nas proximidades de sua residência. Ainda versava sobre a possibilidade de o colono vir a perder o lote caso não fosse morar em definitivo em um prazo máximo de dois anos, ou por ociosidade ou maus hábitos, ou ainda caso incorressem em faltas demonstrando-se “incorrigíveis”. Pertinente pensar o que seriam maus hábitos ou ainda o que era considerado “incorrigível” por parte do Império, principalmente se comparado com a postura adotada pelos representantes da Inspetoria Geral.

Conforme já abordado em trabalho anterior (CAPRARA E LUCHESE, 2005), a administração das colônias deixou muito a desejar em virtude do pessoal escolhido pela Inspetoria Geral. Segundo Luís Alberto De Boni (1985)

[...] os engenheiros, provenientes quase todos do Rio, enviados pela Inspetoria Geral na qualidade de diretores de Colônia, vice-diretores, capatazes para a construção de estradas e agrimensores eram [...], completamente inadaptados ao trabalho na floresta virgem. Mudavam continuamente de cargo [...] e alguns foram acusados de fraudes, violências e comportamento imoral nos haréns que eles mesmos organizavam. (p. 10)

A postura dos diretores foi inúmeras vezes o reflexo das esferas maiores de poder, de interesses pessoais e suas percepções. Gerava descontentamento a ausência de verbas, a má administração, a desonestidade dos funcionários, que culminou com o abandono dos imigrantes à própria sorte, segundo relatos do cônsul Antônio Greppi<sup>5</sup>. O modo pomposo com que viviam algumas das autoridades coloniais, contrastante com as precárias condições dos imigrantes, deixava estes perplexos e revoltados.

Em trabalho anterior Caprara e Luchese (2005) já haviam apresentado a distribuição da população presente em 1876 nas Colônias Dona Isabel e Conde d’Eu que possuíam, respectivamente, 248 e 870 habitantes. Deste total de 1.118 habitantes, apenas 64 eram brasileiros e somente 10 deste total não eram católicos. Os estrangeiros, em sua totalidade, que compunham esta população eram 812 austríacos (tirolezes), 131 franceses, 71 prussianos, 12 italianos, 10 ingleses e 18 de diversas outras nacionalidades.

A emancipação política dá-se em 1890 através do Ato n. 474<sup>6</sup> de 11 de outubro, transformando as Colônias Dona Isabel e Conde D’Eu no município de Bento Gonçalves. Em 1892 assume o primeiro intendente municipal, vinculado ao Partido Republicano, de ideário positivista, Joaquim Marques de Carvalho Júnior, que permanece à frente da administração municipal por 32 anos ininterruptos. Conforme Félix *et.al.* (1992) no âmbito da região colonial e especialmente entre os imigrantes, houve a ação e a ligação de diferentes instâncias de poder, uma vez que o Intendente caracterizava-se como elemento essencial

[...] na estratégia de articulação destes poderes com o governo estadual, sendo porém, significativo no caso colonial italiano também o conselho municipal enquanto poder institucional, formal e a Igreja Católica enquanto poder informal que penetrava a rede de relações sociais nas ex-colônias. (p. 73)

A partir da Proclamação da República, em 15/11/1889, o Rio Grande do Sul passou a sofrer grande influência positivista na administração estadual. Júlio de Castilhos estabelece-se como presidente da República Riograndense, acrescido ao ideário republicano pautado na filosofia positiva comteana, portanto com uma perspectiva ditatorial e, com o voto aberto que vigorou

<sup>5</sup> Maiores detalhes ver DE BONI, Luís A. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul, EST/FERVI, 1985.

<sup>6</sup>“O Governo do Estado, no uso dos poderes que lhe confere o decreto nº 7, de 20 de novembro do ano passado, resolve criar um Município, constituído dos territórios das freguesias de São Pedro, na Colônia Conde d’Eu e Santo Antônio, na Colônia Dona Isabel, elevando-se esta à categoria de Vila, com a denominação de Bento Gonçalves, sede do município. Palácio do Governo, 11 de outubro de 1890. Cândido Costa, General de Divisão”.

durante o período da República Velha, contribuiu para permanecer no poder de 1891 a 1898<sup>7</sup> (PESAVENTO, 1993).

Por conseguinte, a fim de melhor compreender as relações de poder que se estabeleceram no Estado na virada dos séculos XIX e XX, se faz necessário discorrer sobre a relação entre república e positivismo, conforme esclarece Pesavento (1994):

A instalação da República no Rio Grande do Sul implicou a adoção de uma forma de governo autoritária, inspirado na república ditatorial de Comte. Adotando uma perspectiva de promover o progresso econômico sem alteração da ordem social, assegurava o domínio das "classes conservadoras" no Estado. Júlio de Castilhos, o ideólogo e estadista deste período inicial de implantação da República foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 1891. Nela se estabelecia a presença de um legislador estadual com poderes limitados a questões orçamentárias (aprovar a receita e a despesa do Estado) e de um executivo forte com poderes de legislar por decreto sobre matérias não financeiras. Além disso, a Constituição postulava que o vice-presidente seria nomeado pelo presidente estadual e que este podia continuamente reeleger-se, uma vez obtidos 3/4 partes dos votos. Tal princípio associado ao mecanismo do voto a descoberto, vigente na República Velha, permitia que um presidente de estado [ou mesmo o Intendente Municipal] pudesse permanecer no poder praticamente por tempo indefinido. (p. 77-8)

Conforme o exposto acima, deparamo-nos com a ditadura do positivismo, uma vez que as estratégias eleitoreiras ludibriavam o processo democrático, haja vista o tipo de voto presente, a descoberto, que inibe completamente toda e qualquer oposição que por ventura os habitantes viessem a se propor.

A conjugação dos dois princípios ordem e progresso são premissas fundamentais do positivismo, como aponta Pesavento (1993) que para "tais noções básicas do positivismo - ordem estabelecida como base do progresso social e progresso como o desenvolvimento da ordem - pressupõem uma perspectiva de progresso material sem alteração da estratificação social [...]".<sup>8</sup>

A vida política dos imigrantes durante os primeiros anos esteve vinculada às convicções trazidas da Itália, conforme Caprara e Luchese (2005). Os grupos políticos que se formavam nas sedes das colônias eram divididos de acordo com as ideias que haviam motivado e estavam envoltas ao processo de unificação da Itália. Predominaram, conforme Giron (1994), três grupos: o dos maçons - menor grupo; adaptaram-se à política regional, associando-se à administração municipal e ao governo estadual -, o dos católicos - o mais numeroso; combatiam a maçonaria - e, os austríacos, que se posicionavam na defesa do Império-Áustro-Húngaro sobre os territórios italianos; estabeleceram-se principalmente nas sedes dos núcleos, envolvendo aqueles que se dedicavam às atividades urbanas<sup>9</sup>.

A cultura política trazida pelos imigrantes italianos e a situação política presente no Rio Grande do Sul definiram a integração destes imigrantes e seus descendentes na política regional, no período imperial. De concreto, conseqüentemente tivemos como significado a participação maior do grupo maçom na política, representado em especial pela simbologia do dia 20 de setembro - data significativa tanto para os republicanos - Revolução Farroupilha -, como para os italianos maçons - Unificação Italiana. Contudo, é conveniente lembrar que mesmo com o progresso econômico, os imigrantes e seus descendentes não tiveram grande participação política, pois como afirma Piccolo (1993) a colonização européia contribuiu mesmo foi com o incremento populacional.

Com a proclamação da República, em 1889, ocorreram modificações importantes nas instâncias administrativas, sendo criados novos municípios e, entre eles, Bento Gonçalves. As necessidades de se ter uma administração mais organizada, centralizada e que viabilizasse o desenvolvimento de negócios permitiu a criação de Bento Gonçalves, emancipado do município de Montenegro, como constou no Ato n. 474 de 11 de outubro de 1890.

<sup>7</sup>É importante salientar que Julio de Castilhos foi deposto em 1891, após pouco mais de três meses na presidência do Estado, por conta da queda de Deodoro da Fonseca, retornando à presidência estadual através de eleição em que foi candidato único, reassumindo em 1893 ficando no cargo até 1898, sucedido por Borges de Medeiros.

<sup>8</sup>Ibid., p. 207.

<sup>9</sup>Id. 1.994, p. 75-78.

## O USO DE FOTOS ANTIGAS PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO URBANA

Em suas Memórias o imigrante Julio Lorenzoni (1975), relata em visita a sede da vila em 1884, que:

Visitamos depois a pequena e modesta igrejinha (que deveras deixa muito a desejar) e, na mesma ocasião, tive o prazer de travar conhecimento com seu ótimo pároco, o paduano P. João Menegotto, que, convidando-nos a entrar na casa canônica, ofereceu-nos um copo de vinho. A canônica que fora edificada ao lado da igreja [...]. (p.118)

Na leitura das Memórias, talvez umas das poucas obras conhecidas que relata tão bem aquele período, encontramos que:

Na rua principal, à direita de quem se dirige à igreja, surgia um lindo chalé, onde se localizavam os escritórios da Direção da Colônia, cujo chefe era, na ocasião, o egrégio Dr. Joaquim Rodrigues Antunes, engenheiro competente, progressista, afável e um dos melhores amigos dos colonos italianos. (LORENZONI, 1.975, p.117)

Segundo o mesmo autor, o único hotel dos Caprera, próximo ao chalé da Diretoria e a casa de comércio de Francisco Baldi e de Enoss Ballista situava-se no centro antes de chegar à igreja, a agência postal pertencente ao alemão Henrique Finger, funcionava na vizinhança desta, sendo João Fianco e seu genro Pascoal Campana proprietários de um bom negócio e de um restaurante bem perto da igreja.

A foto 1ª, com data provável de 1.883/1.884, representa o início da construção da vila de Dona Isabel. A vida da futura cidade se faz no entorno da igreja que começa a tomar forma. Os negócios, a vida política e a vida urbana são determinados pelo local da construção da igreja, o que caracteriza uma marca da imigração italiana.



**Foto 1a** - Colônia Dona Isabel, provavelmente nos anos de 1883/1884.  
Fonte: Museu do Imigrante, Bento Gonçalves.

A seta à esquerda na foto 1a indica a Igreja Santo Antônio em construção, que conforme o Relatório do Ministério da Agricultura, de 1885, havia na sede de Dona Isabel uma igreja em atrasada construção e levantada pelos colonos. É possível ser observado na imagem, ao fundo, um terreno já desmatado, de declive minimamente acentuado com poucas construções.

A religiosidade sempre foi uma marca dos nossos imigrantes, por isso a igreja ao centro e a cidade se desenvolvendo em seu entorno. Na foto 1a ainda são percebidas as moradias e os negócios, as parreiras de propriedade do Salton (seta à direita) e espaços ainda a serem ocupados.

A imagem anterior retrata um crescimento de pouco mais de sete anos depois da chegada dos primeiros imigrantes demonstrando o esforço em busca de melhores condições de quem precisava sobreviver. Se a população total a esta época aproximava-se de 2.000 habitantes, em 2009, conforme levantamento do IBGE, a população de Bento Gonçalves está estimada em 106.999 habitantes. Tamanho crescimento é perceptível na foto 1b, que para parâmetro comparativo estão demarcadas com setas as mesmas referências da fotografia 1a, ou seja, a Igreja Santo Antônio e a Vinícola Salton, onde plantavam suas parreiras.



**Foto 1b - Bento Gonçalves.**  
Fonte: Fotógrafo IdoVino Merlo, 2009.

Considerando tratar-se do mesmo espaço urbano, é notório o crescimento vertical da cidade de Bento Gonçalves, bem como o incremento populacional.

Era manhã do dia 13 de junho de 1878, quando o Padre Giovanni Menegotto, paduano, fervoroso devoto de Santo Antônio, preparara uma celebração especial. Uma bela missa cantada, enaltecendo Santo Antônio por seus milagres e vida exemplar como cristão - era o ponto principal da primeira festa em honra a Santo Antônio. Desde então, em todos os dias 13 de junho, celebra-se o Santo padroeiro da cidade.

Nos primeiros anos a festa possuía caráter exclusivamente religioso e fora organizada pelo Vigário auxiliado pelos “fabriqueiros”, cidadãos convidados pelo seu envolvimento com a comunidade. Somente a partir de 1919 tem-se a figura dos festeiros, sendo o seu primeiro festeiro o Sr. Ferruccio Fasolo.

A festa em honra ao padroeiro Santo Antônio, representa para a cidade de Bento Gonçalves e seus moradores um sinal da religiosidade presente deste os primeiros imigrantes. A festa traz ao centro da cidade centenas de pessoas devotas do santo padroeiro, sendo a Rua Marechal Deodoro da Fonseca o ponto de encontro, local onde foi edificada a Matriz Santo Antônio. A solenidade religiosa sempre teve a participação da comunidade, pois no início a data era comemorada no dia da festa, aos domingos, mas por ser uma data considerada importante para os bento-gonçalvenses e por sua tradição religiosa a data de 13 de junho foi transformada em feriado municipal pela Lei Municipal nº. 448 de 12 de junho de 1972. Independente do dia da semana em que o dia 13 de junho caia a devoção ao santo padroeiro é tamanha, que na igreja matriz ocorrem missas a partir das 6h, procissão pelo centro da cidade e no turno da tarde as missas passam a ser a cada 2 horas até às 20h, a fim de atender aos seus devotos. Todo mês, no dia 13, há também um aumento no número de missas diárias por conta do dia votivo.

Na foto 2a, de 1920, temos a concentração da população em frente da igreja para a celebração devotada a Santo Antônio. No primeiro plano à esquerda temos parte da fachada da Igreja que permanece intacta até hoje. À direita na foto, as setas apontam para as únicas duas construções que se fazem presentes em 2009 (foto 2b), conforme é possível de ser observado pela fachada superior.

A população sempre se fazia presente como se percebe na foto anterior onde a rua Marechal Deodoro recebeu um grande contingente de devotos para as missas, para procissão e para as festividades. Ao longo desta rua e seguindo a linha do horizonte tem-se a vista da rua Marechal Floriano Peixoto com pessoas circulando. Este era o centro da cidade, até chegar as vistas de

algumas moradias no que vamos denominar de cidade alta, pois era assim que foi se constituindo Bento Gonçalves, em Cidade Alta e Cidade Baixa, denotando o relevo em que foi assentada.



Foto 2a - Festa de Santo Antônio, 1920.  
Fonte: Museu do Imigrante, Bento Gonçalves.

No entorno da Igreja Matriz as moradias de material representam o poder aquisitivo dos seus moradores à época, o desenvolvimento das casas de negócio, o hotel, o prédio da Prefeitura, representam o pensamento dos primeiros imigrantes. O centro da cidade se desenvolve a partir da construção da sua igreja, a comunidade é gestada nos primeiros tempos com este pensamento.



Foto 2b - À esquerda, fachada da Igreja Santo Antônio.  
Fonte: Fotógrafo Idovino Merlo.

Se na fotografia mais antiga, ao longe se observava a topografia, o limite entre a cidade baixa e a cidade alta, na fotografia 2b a sucessão de prédios elevados dificulta esta visão do horizonte, contudo ainda percebe-se a relevância da área central, tendo sido construído ao lado da igreja um Shopping Center.

A foto 3a provavelmente do ano de 1927, traz como destaque ao fundo o prédio do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, inaugurado em 18 de março de 1927. Outro prédio que pode ser percebido em destaque é a Prefeitura Municipal, edifício concluído em 20 de setembro de 1902. O município já começa a ter um aspecto mais urbano deixando os parreirais e transformando-se num local de residências.

O Hospital Tacchini, indicado pela seta, é outra referência predial no que tange ao estudo do crescimento urbano do município, foi edificado na Rua Saldanha Marinho esquina com Ramiro Barcelos, defronte a residência do próprio Dr. Tacchini, em que atualmente fica o edifício Solar. O

projeto do hospital foi elaborado pelo engenheiro João Baptista Pianca, Intendente Municipal e que dirigiu os trabalhos de construção.



**Foto 3a** - Vista de Bento Gonçalves, 1927.  
 Fonte: Museu do Imigrante, Bento Gonçalves.

Se na foto 3a a visão do prédio do Hospital Tacchini é plena, bem como é possível delimitarmos o urbano e o rural, na foto 3b a edificação verticalizada da cidade impede que localizemos o prédio do hospital, bem como o urbano que avançou em muito sobre o rural, a ponto de não mais, nesta perspectiva, vermos a presença das zonas rurais do município.



**Foto 3b** - Vista de Bento Gonçalves.  
 Fonte: Fotógrafo Idovino Merlo, 2009

Em documento enviado ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, o Intendente Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior solicita a concessão de 5 metros do lote que pertence ao Estado para construção do prédio da municipalidade, ao qual buscando iniciar

[...] a construção do edifício para a municipalidade, e, sendo o lote para este fim destinado de 32 metros e meio; acontece que tendo o edifício 28 metros e 07, o espaço dos lotes tornar-se-á diminuto, atendendo ao fim a que é destinado o edifício, o qual, além de servir para a Intendência, as dependências do mesmo servirão de quartel, cadeia e depósitos. Em vista da deficiência da largura do lote, pertencente à municipalidade, venho

solicitar-vos a concessão de 5 metros do lote pertencente ao Governo de Estado, onde funciona o telégrafo, que em nada ficará prejudicado. [...] <sup>10</sup>

De acordo com as memórias de Júlio Lorenzoni (1975) temos o relato de que “[...] onde está atualmente o edifício municipal, existia, naquele tempo, uma casa de madeira de um plano só, que serviu como escola pública e como moradia dos encarregados de receber imigrantes e ultimamente como quartel das forças municipais e prisão” (p. 189-190).

Conforme Júlio Lorenzoni (*op.cit.*) a escolha para a construção do prédio da Municipalidade apresentou obstáculos, pois havia divergências por parte da população local quanto ao espaço no qual deveria ser construído o prédio, até que em 20 de setembro de 1902 foi inaugurada a edificação para receber o poder público municipal, onde funcionava a administração, a aula, a cadeia e também as sessões de júri.



**Foto 4a** - Solenidade política em frente ao prédio da Prefeitura em fins da década de 1930. Ao lado prédio do Banco do Rio Grande do Sul.  
Fonte: Museu do Imigrante, Bento Gonçalves.

É entre os prédios da Prefeitura Municipal e da Igreja Matriz, poderes constituídos, que formavam com seu entorno a vila e transformava-a no aglomerado urbano que será a cidade de Bento Gonçalves. O centro da cidade tem-se constituído no lugar político e financeiro e, é neste espaço que os poderes têm construído seu lugar, o poder financeiro ao lado do político como mostrado na foto 4a, em que a esquerda temos a Prefeitura e ao seu lado (à direita na foto) o Banco do Rio Grande do Sul, criado em 1928, pelo então Presidente da Província Getúlio Vargas.

Como é possível observar na foto 4b quando comparada à 4a, apenas as escadarias do prédio municipal foram alteradas, pois inicialmente construídas avançando sobre a calçada, foram refeitas posteriormente, com entradas agora por ambas laterais, não mais impedindo o caminho dos transeuntes.

Ao menos na porção central da cidade, é possível observar-se edificações que remetem à memória do município, carregando consigo uma identidade, uma simbologia, que ajudam a entender a construção urbano-social de Bento Gonçalves, pelo menos em sua porção pioneira, a área central. Assim, como é possível observar em Lima (2002), o conjunto arquitetônico de uma cidade, seu patrimônio social, haja vista que representa nossa história existencial não deve reduzir-se somente

<sup>10</sup>N. 33 - Em 9 de abril - Ilustre Cidadão Doutor Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

[...] aos bens de consumo coletivo e às redes técnicas. Ele consiste em todos os momentos materializados e abstratos que compõem, e continuam sendo, a identificação da cultura, das tradições, dos padrões estéticos, dos símbolos e dos signos de precisa sociedade historicamente imposta. [...] Os prédios foram, são e serão pontos de afloramento das recordações dos homens e, diretamente, da memória da realidade espacial constituída de territórios, redes e lugares. As edificações são parte de um cenário com cenas concretas desdobradas no passado. (p. 86-7)



**Foto 4b** - Frente do prédio da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves.  
Fonte: Fotógrafo Idovino Merlo, 2009.

É na observação de alguns destes prédios mais antigos que temos ainda a presença do positivismo na cidade, incrustado na arquitetura das edificações até o momento comentadas neste trabalho, a saber, a Igreja Santo Antônio, o Hospital Tacchini e a Prefeitura Municipal.

Por ser Bento Gonçalves uma cidade turística, é importante que tanto a população quanto à administração pública tenham preocupação e pretensão de buscar preservar determinada paisagem, como o Vale dos Vinhedos ou o Distrito de São Pedro. A primeira caracteriza-se por ser a primeira região brasileira produtora de uva vinífera com certificação, o que agrega valor não apenas ao próprio processo de produção de vinhos finos, mas também à terra, ao seu solo. Já o Distrito de São Pedro notabilizou-se pela preservação das chamadas casas de pedra e pela pecuária de ovinos de leite, com a industrialização de seus derivados. Neste sentido, recorremos novamente a Lima (*op.cit.*) que reflete acerca da preservação paisagística, pois:

[...] se concluir que os objetos, as coisas e os edifícios servem para recordar, enquanto pontos abalizadores para evocar os momentos passados com outros atores e diferentes cenários. Mas as construções fazem parte de um espaço geográfico cuja dinâmica social mantém singulares símbolos, signos, mitos e ideologias sobre os indivíduos, a coletividade e a tradição dos povos. (p. 91)

Contudo quando pensamos na lógica do capital, especialmente do capital imobiliário especulativo, tal preocupação em preservar a memória da cidade, a identidade de um povo, percebemos que isto realmente é irrelevante aos olhos do capital e dos capitalistas. É o que Henrique (2006) apresenta como a confirmação das ideias de Marx:

[...] de uma natureza capitalizada e mercantilizada, com seus consumidores e clientes, aqueles que a percorrem, a compram e a consomem, literal e metaforicamente, símbolo, imagem, ícone, poder.

Observa-se um modelo de produção de mercadorias associadas a uma economia capitalista, criando um mundo de objetos pudes de intencionalidades e significações. (p. 121)

Não apenas em Bento Gonçalves, mas diversas outras cidades sofrem um desmonte em seus prédios históricos, que quando não vão definitivamente abaixo, preservam apenas sua fachada, construindo por detrás deste 'muro' um espigão, descaracterizando a paisagem, a memória cidadina, a identidade de um povo.

#### **A IMPORTÂNCIA DO ESTADO COMO AGENTE MODELADOR E ORGANIZADOR DO CRESCIMENTO URBANO**

Através do Ato de 24 de maio de 1870 (Anexo A), o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul cria as Colônias Dona Isabel e Conde d'Eu, hoje respectivamente os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. Após esta data, vieram para esta região, profissionais nomeados para realizar a demarcação das linhas e dos lotes. Assim, esta região da Encosta Superior do Nordeste Riograndense, de relevo acidentado, entrecortada por córregos e rios, coberta pela vegetação de mata subtropical com predomínio das araucárias, foi o *locus* no qual a maior parte dos imigrantes se estabeleceram a partir de 1875.

Na Colônia Dona Isabel, conforme fontes bibliográficas<sup>11</sup> chegaram primeiramente 48 famílias de franceses que terminaram por não se estabelecerem em virtude da precariedade das condições encontradas na colônia. Em dezembro de 1875, famílias de italianos vindos de Trento terminaram por se estabelecerem na região, inicialmente na Linha Estrada Geral e as famílias que chegaram após, foram ocupando lotes nas Linhas Palmeiro, Leopoldina, Jansen<sup>12</sup>, Faria Lemos, que como primeira tarefa deviam construir um abrigo temporário, posto que a maior parte das famílias não recebia lotes com casas. Seguem com o desmatamento ao redor da moradia provisória para dar início ao cultivo. O tamanho dos lotes variava, sendo os lotes rurais com tamanhos entre 605 mil, 302 mil e 121 mil metros quadrados, ao passo que os lotes urbanos apresentavam muito mais variação, conforme o relevo do local escolhido para o povoamento, devendo ter uma área desmatada totalizando 4.840 m<sup>2</sup> além de uma casa provisória, conforme consta no regulamento de 1867.

Nesses primeiros anos, relatos de documentos oficiais indicam a gama de problemas enfrentados para a administração das colônias, como ausência de estradas que unissem as colônias aos centros de comércio, distância, topografia acidentada, mínimas condições econômicas para o melhoramento dos núcleos, desconhecimento e despreparo de inúmeros diretores frente a estas adversidades.

Em 1876, conforme dados presentes em documentos oficiais da Intendência Municipal de Bento Gonçalves, à época, na Colônia Dona Isabel havia apenas 248 habitantes, entre estrangeiros e brasileiros. Numa tentativa de comparação com Porto Alegre e mesmo o país, períodos semelhantes, segundo o IBGE, o país contava com 9.930.478 habitantes, enquanto que Porto Alegre, em 1872, contabilizava 43.998 habitantes. Deste período para os dados disponíveis para o ano de 2009, o IBGE contabilizou para o país 191.480.630 habitantes, para a capital dos gaúchos contou com 1.436.123 habitantes o que lhe dá um incremento populacional para o período de 1872 a 2009 de 3.264,06%, ao passo que para o município de Bento Gonçalves, a população contabilizada foi de 106.999 habitantes, ou seja, entre 1876 e 2009 um crescimento populacional de estratosféricos 43.144,76%.

Pensando a evolução populacional, o município de Bento Gonçalves vivenciou nas últimas décadas acelerado processo de urbanização e crescimento populacional. Se compararmos o município com as taxas de crescimento populacional verificadas em Porto Alegre, deparamo-nos com um dado extravagante.

Fica evidenciado que tamanho crescimento verificado para o município de Bento Gonçalves não se explica exclusivamente pela taxa de crescimento vegetativo, mas, sobretudo, pelo crescimento demográfico, pois considera além da diferença entre natalidade e mortalidade, o saldo migratório. Não é objeto deste trabalho apresentar a evolução populacional por decênio, tampouco analisar o processo migratório para Bento Gonçalves, contudo o dado nos serve apenas para introduzir o aspecto da migração, que especialmente a partir da década de 1950 abrange as principais capitais brasileiras e, nas três últimas décadas, as cidades médias, caso de Bento Gonçalves, que quando comparada à capital Porto Alegre apresenta um crescimento significativamente superior.

<sup>11</sup> Livro Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud, p. 324.

<sup>12</sup> Hoje pertencente ao município de Farroupilha.

Assim como Porto Alegre apresentou acelerado crescimento populacional a partir das décadas de 1940 e 1950, sobretudo em virtude do processo de industrialização tardia, o que atraiu para a capital gaúcha um grande número de pessoas em busca de emprego nos setores da indústria e serviços, em virtude da própria mecanização do campo, reduzindo significativamente a mão-de-obra rural, contribuiu para o agravamento da concentração de renda e exclusão social, tornando-se evidente que a cidade caracteriza-se como o *locus* da desigualdade socioeconômica (SEVERO, 2006; STROHAECKER, 2004). Bento Gonçalves verifica processo semelhante, contudo de modo exponencial.

Aqui introduzimos a ausência de planejamento e sensibilidade do setor público tanto na identificação do processo de imigração quanto em sua inoperância em pensar espaços para acomodar esta população que vem em busca de emprego, pois são inegáveis alguns dados socioeconômicos, como uma das melhores rendas per capita do país, elevada expectativa de vida, polo industrial nos setores moveleiro e vitivinícola. Enfim, como é exaustivamente abordado na literatura, populações de mais baixa renda deslocam-se na esperança de encontrar emprego de melhor remuneração, proporcionando-lhes melhores condições de vida.

Bento Gonçalves não ficou ilesa. Com uma geomorfologia que lhe impõe limitações no crescimento urbano, vemos áreas verdes ocupadas clandestinamente, vertentes íngremes com construções em áreas de risco (Foto 5), já estabelecidas há décadas, atando as mãos do poder público no que tange a uma reestruturação do espaço urbano, como a pensada atualmente na formulação do Plano Diretor do município.



**Foto 5** - Encosta íngreme ocupada de forma irregular, Vila dos Eucaliptos, Barracão, Bento Gonçalves/RS.  
Fonte: Fotógrafa Rozalia Brandão Torres, 2009.

Tamanho crescimento impõe à cidade e à administração pública uma infraestrutura a fim de atender esta população. Porém, o crescimento não planejado, acelerado e desproporcional, conduz boa parte desta população para a periferia da cidade, assim explicada pelo elevado preço do metro quadrado no município serrano, por haver inúmeros terrenos desocupados em meio à cidade (Foto 6), em bairros cujas residências são de elevado padrão (Foto 7), servidos de completa infraestrutura, compondo o que denomina-se terrenos especulativos para fins imobiliários, e, sobretudo, pela ocupação de encostas íngremes, de risco e áreas verdes, por tratarem-se de espaços mais acessíveis economicamente e/ou fruto da ocupação irregular.



**Foto 6** - Vazios urbanos em bairro de elevado padrão.

Fonte: Fotógrafa: Rozalia Brandão Torres, 2009.



**Foto 7** - Casa de elevado padrão, Cidade Alta, Bento Gonçalves/RS.

Fonte: Fotógrafa Rozalia Brandão Torres, 2009.

Apesar do processo astronômico de urbanização em Bento Gonçalves, ao contrário de outras cidades, ainda não se pensa em revitalizar o centro, pois este é ainda objeto de cobiça do capital, de investimento. Ainda não atingiu o desprestígio, e, portanto, a desvalorização do solo urbano em sua área central e seu entorno. E é justamente neste centro que ainda encontramos algumas construções que denotam parte de sua história. Contudo, é inegável que a administração municipal deva preocupar-se mais com o planejamento do município, discutir mais com a sociedade os rumos do Plano Diretor, pois indiscutivelmente Bento Gonçalves já apresenta problemas típicos de cidades de grande porte, que somado à sua topografia e processo imigratório, deve começar a propor alternativas às áreas ocupadas irregularmente e/ou que se encontram em zonas de risco, regularizar as terras urbanas, promover a infraestrutura básica para inúmeras vilas, e, entre outras ações fundamentais a um município destaca-se o desenvolvimento do turismo urbano.

O Plano Diretor caracteriza-se por ser o principal instrumento com vistas ao desenvolvimento e planejamento à expansão urbana, ou seja, um instrumento que visa potencializar o desenvolvimento local, por ser capaz de compreender inúmeros fatores, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais ou ainda institucionais. No caso de Bento Gonçalves, como na maioria das cidades brasileiras em que não houve planejamento no momento de seu desenvolvimento, ele caracteriza-se por “incorporar a cidade real à cidade legal” (STROHAECKER, 2004, p. 83), isto por que os planos anteriores ignoravam as áreas irregulares. Diante do exposto, torna-se imprescindível discutirmos junto à sociedade civil os rumos do município no que tange ao seu planejamento urbano.

#### **UMA POSSÍVEL (IN)CONCLUSÃO, ALGUMAS PERSPECTIVAS...**

Primeiramente gostaríamos de enfatizar o papel de modelagem do espaço urbano desempenhado por instituições sociais no planejamento/ordenamento do espaço urbano, que no caso de Bento Gonçalves, teve a Igreja Matriz de Santo Antônio papel essencial, ao promover o desenvolvimento urbano e administrativo municipal em seu entorno, na área central da cidade, tendo sua expansão urbana a partir deste centro.

Pensar o espaço urbano nos conduz fatalmente à história local, às políticas públicas ali aplicadas, nos remete ainda à memória da cidade, nossa história de vida e de nossos antepassados. Para melhor compreender o que seja política urbana optamos pelas palavras de Strohaecker (2004) que a define como podendo:

[...] ser definida como a ação do governo consubstanciada em um conjunto de instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, dentro dos parâmetros de justiça social e de equilíbrio ambiental.

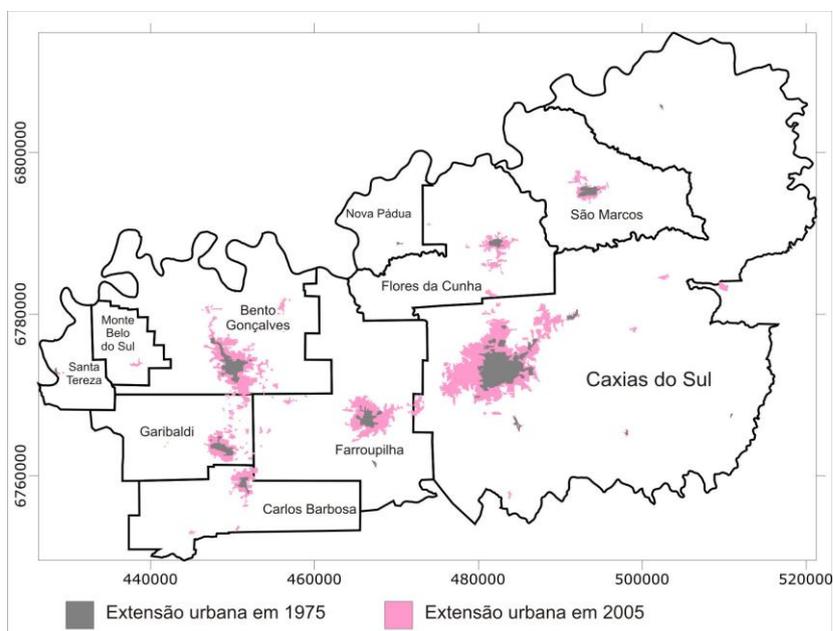
A relevância da compreensão histórico-temporal na análise geográfica do espaço socialmente construído se explicita na necessidade que temos de situá-lo no tempo (história) e no espaço

(geografia), assim, ao trazê-lo para o presente nos damos condições de realizar um novo estudo. Como apontado por Lima (2002)

[...] tentamos ampliar o leque de indagações sobre nós mesmos e, [...] no que se refere aos territórios que diariamente percorremos, construímos e habitamos, porque tais territorialidades são nossas projeções econômicas, políticas, ideológicas e jurídicas. [...] As recordações se materializam nos bens explicitados que parecem estar prontos para encarnar categorias sociais e marcar o significado geográfico e histórico deles próprios. (p.86-7)

Vasconcelos<sup>13</sup> (1999; 2006; 2009) nos fala da importância dos mapas históricos para o estudo metodológico da Geografia urbana histórica, contudo no caso específico de Bento Gonçalves, apesar da farta documentação pública desde os primórdios, enquanto Colônia Dona Isabel, referente às fontes primárias, no desenrolar desta pesquisa, percebemos que o município carece de mapas históricos. Os próprios órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbano os têm de modo muito incipiente, o que para este autor se enquadra nos “hiatos temporais”. Assim, sem registros cartográficos da época, contamos com farta documentação histórica dos registros públicos cotidianos municipais, ainda que saibamos que os mesmos não asseguram plenamente confiabilidade aos dados apresentados.

Portanto, temos clareza que para melhor representar os resultados conclusivos desta pesquisa, faz-se necessário a produção de mapas, que com base nos registros documentais, buscar retratar o município ainda no tempo de Colônia Isabel, atualizando-o à medida que novos bairros vão se constituindo. Neste momento, o que temos disponível está expresso na Figura 2 que apresenta a evolução da mancha urbana nos municípios que compõe a AUNE, para um intervalo de 30 anos. No caso de Bento Gonçalves observamos que o crescimento urbano se deu no sentido sul, sudeste e leste, a ponto de praticamente formar-se uma área conurbada aos municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa, ao sul.



**Figura 2** - Mapa da expansão urbana dos municípios da AUNE do Rio Grande do Sul - período 1975-2005.

Fonte: Elaborado por BOGO, J.; DURANTI, R. R.; AHLERT, S. (2008) usando base cartográfica do IBGE e imagens de satélite. Obs.: Mapa encontra-se na projeção UTM (fuso 22).

<sup>13</sup> Vasconcelos pertence ao seletivo grupo de geógrafos urbanos contemporâneos que se dedicam à Geografia histórica, a qual, ao longo de sua pesquisa demonstra preocupação em contextualizar os diferentes olhares outrora produzidos, salientando ao mesmo tempo, sua relevância no momento da divulgação de tais textos, bem como a herança à reflexão contemporânea.

Finalmente, considerando todo o trabalho de levantamento documental, história oral para constituição da história oficial de Bento Gonçalves, buscando constituir, refletir e analisar a formação identitária do município e sua sociedade pensamos ainda, nos moldes do que já foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, agregar ao que já temos levantado sobre os distritos e bairros, constituir além da cartografia municipal, a “Memória dos Bairros e Distritos de Bento Gonçalves”, aliando o conhecimento espacial, social e histórico que estamos empenhando no estudo de Bento Gonçalves.

## REFERÊNCIAS

BOGO, J.; DURANTI, R. R.; AHLERT, S. *Expansão urbana da aglomeração urbana do nordeste do Rio Grande do Sul no período 1975-2005*. In: *Anais do XVIII Encontro Estadual de Geografia*, Bento Gonçalves: AGB, 2008.

DE BONI, Luís A. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST/ FERVI, 1985.

CAPRARA, Bernarde Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves 1875 a 1930*. Bento Gonçalves, VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero (*et.al.*) *Relações de poder local X estadual nas áreas de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul na Primeira República*. Manuscrito, 1992.

GIRON, Loraine. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

HENRIQUE, Wendel. *A natureza sempre foi bela, mas nunca tão sofisticada. A cidade e a valorização da natureza: os empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo*. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. AGB Seção Porto Alegre, vol. 31, Porto Alegre: AGB, 2006, pp. 117-128.

LIMA, Dário de Araújo. *Recuperação do centro histórico da cidade*. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. AGB Seção Porto Alegre, vol. 28, n. 1, Porto Alegre: AGB, 2002, pp. 85-94.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia"*. In: DACANAL José H. e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

PICCOLO, Helga I.L. *A política Rio-Grandense no Império*. In: DACANAL José H. e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

Relatório do Ministério da Agricultura, 1885.

SEVERO, Juan Pablo Diehl. *Habitação e políticas públicas: o bairro Rubem Berta como reprodução dos processos espaciais de porto Alegre, RS, Brasil*. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. AGB Seção Porto Alegre, vol. 31, Porto Alegre: AGB, 2006, pp. 149-167.

STROHAECKER, Tânia Marques. *Plano Diretor: instrumento básico da política de desenvolvimento urbano*. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; MENEGOTTO, Ricardo. *Encontro Estadual de Geografia. A complexidade do espaço metropolitano: dinâmicas territoriais e problemas ambientais*. Porto Alegre: AGB-PA, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois séculos de pensamentos sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração*. In: **GeoUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, pp. 19-30, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Questões metodológicas na geografia urbana histórica*. In: **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, 2009, pp. 147-157.

#### ANEXO A - ATO DE CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS DONA ISABEL E CONDE D'EU

“Ato de 24 de maio de 1.870.

*Denomina - Conde d'Eu e Princesa Dona Isabel - os dois territórios concedidos à Província pelo aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 9 de fevereiro do corrente ano.*

*Tendo o Governo Imperial autorizado por aviso expedido pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, léguas em quatro cada um, situados entre os campos de Vacaria, rio Cai e Município de Triunfo, para serem subdivididos em lotes coloniais e cedidos aos emigrantes, que se destinarem a esta Província, constando das informações do delegado da repartição especial das terras públicas, que o 1º de tais territórios contém uma área superficial de 16 léguas quadradas, ou 144.000.000 de braças quadradas, que demoram na margem esquerda da estrada que segue para Maratá ao rio das Antas, confinando ao norte com este rio, ao sul com terras devolutas, a leste com a parte da referida estrada compreendida entre os marcos da mesma de nº 8 a 15 e ao oeste com o mencionado rio e terras devolutas; que o 2º também contém igualmente uma área superficial de 16 léguas quadradas na margem direita da já citada estrada, confinando ao norte com o rio das Antas, ao sul com terras concedidas pelo governo Imperial a Ignácio José Ferreira de Moura, com a concessão ultimamente feita a Luiz Antônio Feijó Júnior & Machado e com terras devolutas, a leste também com terras devolutas e ao oeste com a mesma estrada a começar pouco acima do marco nº 11, o Presidente da Província resolve que o 1º daqueles territórios se denomine - Colônia Conde d'Eu e o 2º Princesa D. Isabel. - Pela Secretaria do Governo façam-se as devidas comunicações.*

*Palácio do Governo em Porto Alegre, 24 de maio de 1.870.*

*João Sertório”<sup>14</sup>*

---

<sup>14</sup> IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. - Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 656.